

Caio Floriano dos Santos

Doutor em Educação Ambiental (PPGEA/FURG). Pesquisador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil da Universidade Federal do Rio Grande.

santoscaiof@gmail.com

Vinicius Ramos Puccinelli

Mestre em Educação Ambiental (PPGEA/FURG). Pesquisador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil da Universidade Federal do Rio Grande.

viniciuspuccinelli@gmail.com

Cleiton Luiz de Oliveira

Mestre em Educação Ambiental (PPGEA/FURG). Pesquisador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil da Universidade Federal do Rio Grande

cleitonmusic@gmail.com

Marcela de Avellar Mascarello

Discente Maestria de Manejo Costero Integrado del Cono Sur de la Universidad de La República -UDELAR. Pesquisadora do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil da Universidade Federal do Rio Grande

mascarellomarcela@gmail.com

Carlos RS Machado

Doutor em Educação (UFRGS). Docente da Universidade Federal do Rio Grande no Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (FURG/IE/PPGEA). Coordenador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil e do PPGEA/FURG.

carlosmachado2004furg@gmail.com

SÃO JOSÉ DO NORTE (RS/BRASIL): MEIO AMBIENTE COMO MERCADORIA

SÃO JOSÉ DO NORTE (RS/BRAZIL): ENVIRONMENT AS A MERCHANDISE

SÃO JOSÉ DO NORTE (RS/BRASIL): MEDIO AMBIENTE COMO MERCANCÍA

RESUMO

São José do Norte- RS passa por grandes transformações na matriz econômica que marca o cotidiano dos habitantes. Tais transformações são propagandeadas por gestores municipais, empreendedores e jornalistas como a "vinda do progresso". O objetivo deste trabalho é analisar estas mudanças, elucidando o discurso neodesenvolvimentista que embasa a aceitação dos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD's). Para isso, utilizamos textos do sítio eletrônico da prefeitura, reportagens, entre outros. Como metodologia, fizemos a análise do discurso de tais materiais, que revelam o esforço de gestores para vender o município como propício para a instalação de GPD's.

Palavras-chave: Grandes Projetos de Desenvolvimento; mercadoria; progresso.

RESUMEN

São José do Norte- RS ha pasado por grandes cambios en la matriz económica que marca el cotidiano de los habitantes. Eses cambios son publicitados por gestores municipales, empresarios y periodistas como la "llegada del progreso". El objetivo del artículo es analizar esos cambios, elucidando el discurso neodesarrollista que basa la aceptación de los Grandes Proyectos de Desarrollo (GPD's). Para esto, utilizamos textos del sitio electrónico de la intendencia, informes, entre otros. Como metodología, hicimos el análisis de discurso de estos materiales, que revelan el esfuerzo de los gestores para vender la municipalidad como propicio para la instalación de GPD's.

Palabras clave: Grandes Proyectos de Desarrollo; mercancía; progreso.

ABSTRACT

São José do Norte-RS goes through great economic changes which cause a direct impact in the everyday-life of the citizens of the city. These changes are publicised by municipal managers, entrepreneurs and journalists as "progress coming for the city". The aim of this study is to analyze the acceptance of Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD's). For this, we have used as data, the articles from the website of the City Hall and reports, among others. As the methodology, we have used the discourse analyze of those materials, which reveal the efforts of the managers to sell the city as an auspicious place for the installation of GPD's.

Keywords: Grandes Projetos de Desenvolvimento; merchandise; progress.

Introdução

O município de São José do Norte (Figura 1) está localizado a aproximadamente 372 quilômetros ao sul da capital (Porto Alegre) do Estado do Rio Grande do Sul, faz parte de uma península situada entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos. Conhecido no passado como o maior produtor de cebolas do Brasil (FONTOURA, 2009), possui origem açoriana e uma diversidade de atividades que contemplam o cultivo extensivo e intensivo do arroz, a pecuária, a silvicultura (cultivo de pinus elliotis), a agricultura familiar e a pesca artesanal. A população do município segundo o censo IBGE (2010) é de 25.503 habitantes e extensão territorial de 1.118,104 km².

Nos últimos cinco anos, "a matriz econômica do Município de São José do Norte passa por um momento de grandes transformações" (PREFEITURA

MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 2015), que por consequência marcam o cotidiano de seus habitantes. Tais mudanças são impulsionadas, principalmente, pela modernização portuária, pela instalação da indústria naval na região e, com efeito, por uma série de empreendimentos, como, energia eólica, mineração e outros (SANTOS e MACHADO, 2013a). Cabe ressaltar que todos esses empreendimentos instalaram-se para atender a uma demanda externa (nacional e internacional), mas contam com o apoio dos governos locais. Nesta postura neodesenvolvimentista adotada por gestores do município, aliando-se aos projetos dos empreendedores, dois fatos são marcantes: a) os "recursos naturais" são vistos apenas como uma possibilidade de investimento e negócio; b) emprego e renda servem como possibilidade para se promover chantagens e a aceitação desses empreendimentos (ACSELRAD, 2013a).

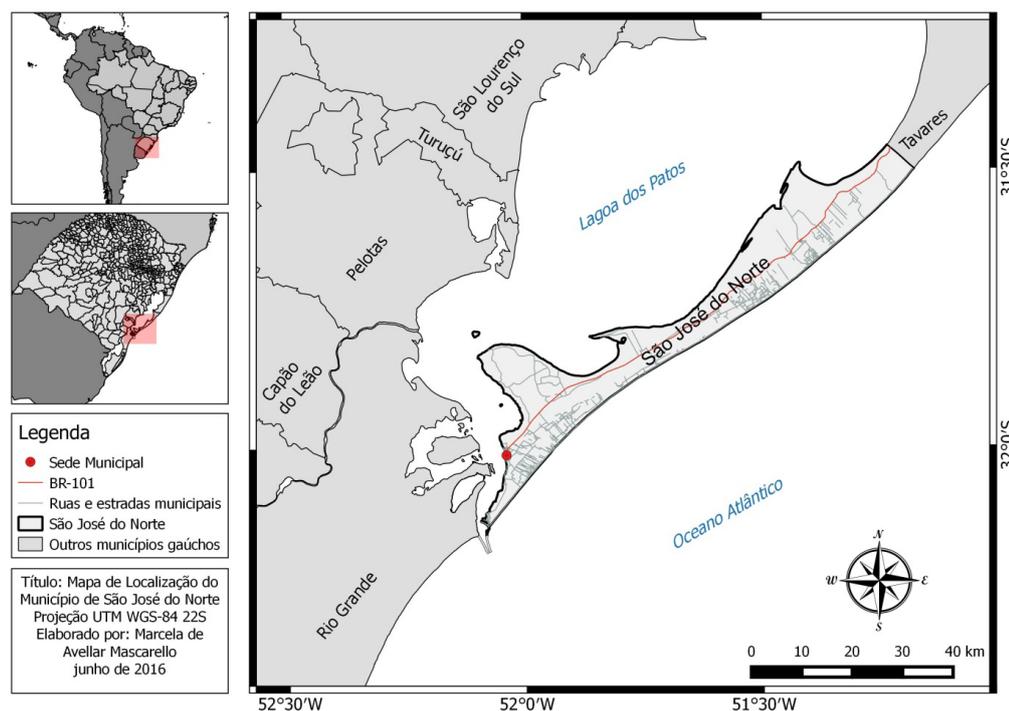


Figura1.Localização do município de São José do Norte/RS/Brasil.

Nesse sentido, investigar o processo de transformação pelo qual o município passa, é fundamental para entender porque é remota a possibilidade de se negar os "Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD's)". Esse processo torna o território "refém" do discurso de um "futuro melhor", que é baseado e justificado pela geração de emprego e renda.

Gerhardt aponta uma série de estra-

tégias comuns a grande parte dos GPD's no território brasileiro. Estas estratégias são organizadas e realizadas constituindo uma espécie de "protocolo de ação", que tem como objetivo "adequar realidades locais aos interesses de grandes projetos" (GERHARDT, 2014, p. 17) e normalmente atendem a uma demanda externa (nacional ou internacional). É como se fosse uma "cartilha do bom empreende-

dor” para investir em ações que se antecipem ao conflito, diluindo e deslegitimando qualquer organização popular que possa comprometer a imagem, ou, até mesmo, a instalação do empreendimento.

Existe uma clara preocupação e mobilização entre os defensores dos GPD's "para fixar os termos em que são debatidas divergências", ou seja, uma clara intenção em controlar e regular os conflitos decorrentes dos impactos negativos e as controvérsias, dessa forma, fazendo "valer seus argumentos e alcançar seus objetivos". Seus discursos e ações revelam ainda que os "potenciais atingidos seriam "obstáculos", "entraves", "estorvos" e "barreiras" ao desenvolvimento" (GERHARDT, 2014, p. 68), impossibilitando, ou pelo menos dificultando, qualquer discussão sobre a possibilidade de se dizer não a esses projetos (ZHOURI et al., 2005).

Hoje, a antecipação ao conflito por parte dos promotores dos GPD's se configura em uma condição *sine qua non* para a instalação dos "empreendimentos" que investem em estudos e práticas de domínio do território, de identificação de atores e suas formas de organização, e de atividades de educação ambiental ou comunitárias, pois, é necessário evitar as ameaças que uma população não convencida possa vir a causar aos empreendimentos e seus empreendedores (GERHARDT, 2014). Por isso, algumas empresas têm investido cada vez mais na contratação de consultorias especializadas em responsabilidade social e ambiental, principalmente, para o trabalho de relação e comunicação com as comunidades, com objetivo de se obter a "licença social" para operar (ACSELRAD e GIFFONI PINTO, 2009; GIFFONI PINTO, 2013; ACSELRAD, 2014).

Sendo assim, o objetivo deste artigo é buscar evidenciar o discurso hegemônico do "embarque nesse progresso" realizado pelos gestores municipais e com grande veiculação midiática, bem como, entender as estratégias utilizadas pelos empreendedores para gerar o convencimento e o consenso. Tendo em vista que estas transformações na matriz econômica de São José do Norte ocorrem dentro de um quadro de desigualdade socioambiental, historicamente instaurado na região (SANTOS e MACHADO, 2013b; SANTOS et al., 2015), que o transforma em "uma grande zona de sacrifício" (SANTOS e MACHADO, 2013b). Para alcançar o objetivo proposto nesse artigo, coletamos os textos contidos no

site da Prefeitura Municipal de São José do Norte (em outubro de 2015) que, em nosso entendimento, apontam a postura do Poder Executivo em relação aos projetos e perspectivas futuras de planejamento para o município. Acessamos reportagens e notícias sobre os empreendimentos, Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs) e outras bibliografias sobre o município. Entendendo esses materiais como discursos que se tratam de

uma reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2007 p. 49).

Para realizar a análise desse material utilizamos a metodologia da Análise de Discurso, partindo do pressuposto de que

como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2012, p. 15).

Em nossa análise, os materiais impressos e disponíveis na internet são discursos que indicam o caminho pensado para o município de São José do Norte pelos gestores municipais. Discursos esses, que atuam na construção de um "poder simbólico" (BOURDIEU, 1989), que tem

poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que obtido pela força (física ou econômica) (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Nesse sentido, entender a maneira em que o município tem sido produzido como mercadoria por seus gestores e mapear as atividades que vem sendo planejadas e prospectadas são formas de mostrar como a desigualdade ambiental é constituída, planejada e concretizada através da aliança entre o estado e a iniciativa privada. Para fins de organização, dividimos o artigo em três partes: meio ambiente como possibilidade de negócio; mudança na matriz econômica e a atração de novos empreendimentos e considerações finais.

1. Meio Ambiente como possibilidade de Negócios

O discurso sobre o crescimento e/ou desenvolvimento econômico e industrial é proferido nacionalmente como uma possibilidade do Brasil tornar-se parte da “elite mundial”, ou, seguindo a tradição do capitalismo dependente (FERNANDES, 1973; MARINI, 2013), pelo menos ser um subimpério na América Latina (discurso do “país emergente”). Dentro deste discurso, “a ‘natureza’ é entendida meramente como uma variável a ser manejada, administrada, gerida, na velha tradição racionalista burocrática e iluminista, de tal forma a não obstaculizar a concepção hegemônica de ‘desenvolvimento’”(ZHOURI, 2004, p. 212).

Em São José do Norte, esse discurso se traduz na construção da “cidade como mercadoria”, fato que, como destacam Santos e Machado (2013a) pode ser facilmente observado também em Rio Grande (município vizinho). Nesse sentido:

a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbanos e imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos (VAINER, 2000, p. 78).

Podemos elucidar tal situação com o seguinte fragmento retirado do sítio eletrônico da prefeitura municipal de São José do Norte, que apresenta o município da seguinte forma:

A bela península é cercada de um lado pelo mar agitado do Oceano Atlântico e do outro pelas águas calmas da Lagoa dos Patos. **Sua extensa costa hidrográfica ainda livre**, situada em frente ao SuperPorto do Rio Grande, com calado natural adequado à navegação, **atraiu para cá o maior Estaleiro da América Latina – que está em fase final de implantação.** [...] **Potencialidades naturais do Município também despertam o interesse de investimentos em outras áreas, como a Energia Eólica e a Mineração**, sendo que alguns já estão em fase de estudos para a busca dos necessários licenciamentos ambientais (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 2015, grifo nosso).

Ao ressaltar “sua extensa costa **ainda** livre”, o texto expressa claramente, através do advérbio de tempo **ainda**, a oferta temporária de espaço para futuros inves-

timentos, já que a costa **ainda** não foi totalmente preenchida. Essa leitura é também sustentada pela declaração de que as “potencialidades naturais do Município também despertam o interesse de investimentos em outras áreas”. Fica claro que o interesse dos gestores municipais é apenas de vender o território para futuros empreendedores, que se acentua ao realizarem “um derradeiro e especial convite: venha participar desse progresso (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 2015). O não dito deixa aos interessados a seguinte mensagem: “ainda há tempo para garantir o seu investimento nas ‘potencialidades naturais do município’, mas a oferta é por tempo limitado, pois outros poderão chegar à sua frente”.

Este fragmento reforça a ideia de meio ambiente – “como realidade externa à sociedade e às relações sociais –[que] é então assimilado e equacionado apenas como recurso para a produção” (ZHOURI, 2004, p. 212), não levando em consideração as outras formas de usos e as produções simbólicas construídas nessa relação. Fato que podemos conferir neste trecho:

Além de ser bonito por natureza, São José do Norte é, indiscutivelmente, abençoado por Deus, por propiciar condições naturais para uma forte atração de investimentos diversos e muitas alternativas estratégicas para o desenvolvimento (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 2015, grifo nosso).

É claro que estas manifestações são construídas como forma de legitimar um projeto de sociedade pensado pelas elites e para as elites. Tal projeto se apresenta de forma mais evidente quando nos deparamos com a marca produzida pela administração municipal para representar o município (Figura2).

Na imagem ficam marcados os novos empreendimentos (Indústria Naval – através do guindaste; Energia Eólica – representada pelo aero gerador) e o convite para embarcar nesse progresso, fazendo alusão à atividade tradicional da pesca, realizada na Lagoa dos Patos e no Oceano Atlântico. Essa relação é compreendida na palavra do slogan “embarque”, que remete a “entrar na embarcação”, pelos símbolos presentes no selo da prefeitura, representando redes de diferentes tipos de pesca, e pela proa de uma embarcação pesqueira, que “puxa esse progresso”. Sabemos, no entanto, que se trata apenas de uma alusão ao tradicional que se quer superar ao embarcar nesse “progresso”.



Figura 2. Selo da Prefeitura de São José do Norte. Fonte: Sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de São José do Norte.

O que é explicitado por Galeano em seu conto “Es verde lo que se pinta de verde”:

...y se desprecia al mercado interno y las tradiciones locales, sinónimas de atraso, mientras pueblos y tierras son sacrificados, en nombre de la modernización, al pie de los altares del mercado internacional (GALEANO, 2012, p. 13).

Isso torna-se explícito com o seguinte fragmento:

ainda se baseia no setor primário, com destaque para as cadeias produtivas vinculadas à pesca e ao agronegócio, focado na pecuária e na produção agrícola. São José do Norte é reconhecida pelo cultivo de arroz e, **principalmente, pela cebolicultura**. O Município recebeu o título de Capital Nacional da Cebola por **ter sido considerado o maior produtor** do bulbo no País (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 2015, grifo nosso).

Mais uma vez se faz o uso do advérbio de tempo **ainda** para deixar clara a transição dessas formas de produção que são marcas, cada vez mais, do passado (como é o caso da pesca e da agricultura familiar, não estendendo para o agronegócio, que progressivamente torna-se mais vigente e amplia as desigualdades). Marcas essas

que fazem questão de remeter a um passado "glorioso", como, por exemplo, "ter sido considerado o maior" produtor de cebola do país, que não volta mais e não se verifica no momento atual, criando, assim, um imaginário de condições para a aceitabilidade de novos empreendimentos, a consolidação de velhos negócios (plantio de pinus, agronegócio e outros) e o esquecimento do tradicional, este último ficando apenas na memória. Esse fato ficou reforçado no RIMA – Relatório de Impacto Ambiental do Estaleiro EBR, ao afirmar que "um novo ciclo econômico de prosperidade parece começar na região" (POLAR, 2011, p. 29).

Podemos perceber, através dos discursos dos gestores municipais de São José do Norte, a mudança na perspectiva de atuação do capital. Hoje não é mais o capital que busca vantagens locais para sua instalação, mas as localidades que o procuram para oferecer vantagens das mais diferentes ordens (fiscais e outras) (HARVEY, 1995 apud ACSELRAD, 2013b); enfim, tudo que pode ser oferecido no “altar do Deus Mercado”.

2. A Mudança na Matriz Econômica e a atração de novos empreendimentos

Apresentaremos nessa seção como São José do Norte vem trabalhando para atrair novos investimentos, ao mesmo tempo em que consolida velhos negócios como o plantio de pinus e eucalipto, mas esquece, ou busca superar, práticas tradicionais como a pesca artesanal em nome de um "progresso". Demonstraremos como estratégias comuns para a implementação de GPD's (GERHARDT, 2014) estiveram presentes na instalação do Estaleiro EBR e no processo de licenciamento ambiental (ainda em curso) da Rio Grande Mineração (que visa explorar Zircônio e Titânio).

2.1. Indústria Naval - EBR - Em São José do Norte

A instalação da empresa Estaleiros do Brasil - EBR em São José do Norte seguiu o rito comum dos GPD's no Brasil, ou seja, uma total articulação entre gestores, legisladores e mídia com o empreendedor, fazendo com que se criasse uma atmosfera favorável ao empreendimento e, conseqüentemente, que se evitasse qualquer manifestação e articulação contrária. Cabe salientar que esse tipo de articulação foi descrito para a instalação de quatro estaleiros em Rio Grande e se configurou como uma "alternativa infernal" por colocar em perspectiva duas possibilidades; 1) aceitação dos empregos e geração de renda ou 2) continuar como região "pobre" e "atrasada" dentro do Estado do Rio Grande do Sul; não deixando para a população outra possibilidade de escolha (SANTOS e MACHADO, 2013a) e não considerando outras potencialidades econômicas. Nesse mesmo sentido, Gerhardt et al. (2014) descreveram a formação e conformação do Polo Naval de Rio Grande como uma sucessão de estratégias conjuntas (empresários, governo e mídia) a partir de uma "ideologia neodesenvolvimentista" que levaram a "autoritarismos tolerantes" e "alternativas infernais". Para o município de São José do Norte se verifica o mesmo movimento de exaltar a geração de emprego e renda, colocando a indústria naval como redentora do território, uma vez que esta possibilitou o "embarque" do município no "mar de oportunidades". O que é evidenciado em matéria do Jornal local Folha Gaúcha, em

que vale ressaltar o seguinte excerto:

O município de São José do Norte, assim como a região sul do Estado, vem experimentando as oportunidades de crescimento econômico proporcionadas pela instalação da indústria naval. **A pequena cidade vizinha de Rio Grande, em breve contará com um estaleiro, que irá mudar o panorama local, e a construção da Plataforma P-74 colocará a "muy heroica villa" em destaque no cenário nacional** (FOLHA GAÚCHA, 27 jul. - 02 ago., 2013, p. 08, grifo nosso).

O trecho acima transcrito busca construir um imaginário sobre a indústria naval como oportunidade de "crescimento econômico" e de colocar o município "em destaque no cenário nacional", deixando claro que a mudança do "panorama local" seria positiva, o que "produz simbolicamente a aceitabilidade de qualquer forma do projeto apresentado" através da "estratégia de euforia e de "última chance"" (SANTOS e MACHADO, 2013a, p. 15). Fica claro o alinhamento entre mídia e empresários visando a criação de um ambiente favorável aos negócios, o que é coadunado pelos gestores municipais. Como é explicitado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal ao afirmar que

A matriz econômica do Município de São José do Norte passa por um momento de grandes transformações. A cidade, que possuía uma economia fundamentalmente primária (...) **tem seu perfil modificado após a introdução da indústria naval como uma das principais atividades da economia nortense**, já se apresentando como o **segundo setor que mais contrata e o setor responsável por quase toda a criação de postos de trabalho, criando 91% dos novos empregos** (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 2015, grifo nosso).

Esse alinhamento fica nítido quando os gestores municipais exaltam a criação de postos de trabalho, afirmando que a indústria naval é "o setor responsável por quase toda a criação de postos de trabalho, criando 91% dos novos empregos". Essa é a principal justificativa encontrada no RIMA do EBR para sua instalação no município. Segundo a consultoria ambiental, serão gerados "6000 empregos diretos nos picos de atividade e 18000 indiretos, totalizando 24 mil novos postos de trabalho" (POLAR, 2011, p. 16), empregando, dessa forma, quase que a população total do município. Isso evidencia a vinda de mão de obra externa ao município o que prevê um aumento populacional, a expansão urbana e o aumento da demanda por serviços públicos. Acslrad (2013b, p. 120) afirma que os investidores fazem "da promessa de empregos o meio de obter vantagens locais e livre acesso aos recursos ambientais",

sendo que a promessa de desenvolvimento dá "sustentação à supressão ou flexibilização das regulações governamentais restritivas sobre os investimentos", esvaziando todo e qualquer debate que se possa fazer na esfera pública, tirando a dimensão política acerca dos usos dados aos recursos naturais.

Assim, podemos dizer que o Estaleiro EBR seguiu o "roteiro", como em uma produção cinematográfica, das estratégias comuns para a instalação de um GPD no Brasil, descrita por Gerhardt (2014), como: 1- Exaltação ao Território; 2- Oportunidade de Emprego como argumento irrefutável; 3- Projetos de "Responsabilidade Social" e "Educação

Ambiental"; 4- Total preservação ambiental. Para facilitar a forma expositiva, construímos um quadro com essas etapas. Algumas das informações foram descritas anteriormente, mas consideramos importante essa forma de explicitação, por tornar minuciosa a sua apresentação. Para a construção desse quadro, nos baseamos apenas no RIMA elaborado pela consultoria POLAR no ano de 2011 para a obtenção das Licenças Ambientais e as categorias descritas por Gerhardt (2014) supracitadas.

Quadro 1: Estratégias comuns aos GPD's utilizadas para a instalação do Estaleiro EBR.

ESTRATÉGIAS COMUNS	EXEMPLO REALIZADO PELA RGM
1- EXALTAÇÃO AO TERRITÓRIO;	A escolha da região de Rio Grande e São José do Norte ocorreu por possuir o mais importante dos três Portos Organizados do Estado, dotado de características naturais privilegiadas, capaz de atender à navegação de longo curso, que exige elevadas profundidades (POLAR, 2011, p. 17). [...]a Praia do Mar Grosso em São José do Norte, com uma simpatia singular são duas atrações turísticas de grande importância para a região (POLAR, 2011, p. 29).
2- OPORTUNIDADES DE EMPREGO COMO ARGUMENTO IRREFUTÁVEL;	6000 empregos direto nos picos de atividade e 18000 indiretos, totalizando 24 mil novos postos de trabalho (POLAR, 2011, p. 16).[...] Para que o empreendimento traga benefícios a São José do Norte tanto na geração de empregos e riquezas como nos tributos fiscais, um planejamento deverá ser realizado no município em razão do forte desenvolvimento econômico local (POLAR,2011,p. 52).
3- PROJETOS DE "RESPONSABILIDADE SOCIAL" E "EDUCAÇÃO AMBIENTAL"	Além da destacada importância estratégica do empreendimento, também foi identificada uma série de outros impactos positivos e negativos nos meios físico, biótico e socioeconômico, que levaram à proposição de programas ambientais que serão executados para que haja prevenção, mitigação ou compensação aos impactos negativos e a potencialização dos positivos, garantindo desta forma a qualidade ambiental futura da região (POLAR, 2011, p.57).
4- TOTAL PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	Assim, os estudos realizados serviram de base para se concluir que o empreendimento é ambientalmente viável, evidenciando-se que, executando-se os programas ambientais e medidas propostos, garante-se a estabilidade ou até a melhoria da qualidade ambiental das áreas de influência do Estaleiro São José do Norte (POLAR, 2011, p. 57, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pelos autores com base no RIMA do Estaleiro EBR (POLAR, 2011).

As quatro estratégias usadas pela empresa contratada pelo empreendedor (rito normal do licenciamento ambiental no

Brasil) cumprem muito bem sua função de venda do território como um lugar ótimo para a implementação do

empreendimento, bem como da venda do empreendimento de forma excelente ao território. Um dos aspectos ressaltados é a arrecadação de tributos fiscais, mas cabe ressaltar que os gestores públicos enviaram a câmara de vereadores do município projeto de lei que previa a renúncia fiscal em favor do empreendimento e suas terceirizadas, que foi rejeitado pelo poder legislativo (ROIG e MACHADO, 2015; COSTA e MACHADO, 2015).

Ainda é importante destacar a frase extraída do RIMA em que “garante-se a estabilidade ou até melhoria da qualidade ambiental” com a implementação do empreendimento. Deve-se problematizar a palavra “estabilidade”, pois nada na natureza é estável, ainda mais com a implementação de um empreendimento de alto impacto ambiental, como é o caso, que não garante a melhoria da qualidade ambiental. Esse discurso evidencia apenas uma preocupação em garantir as licenças ambientais necessárias; assim, essas palavras tornam-se “chavões” presentes em estudos realizados para o licenciamento ambiental.

O certo é que o roteiro se repete, como veremos no processo, ainda em andamento, da instalação de um projeto de mineração do município.

2.2. Mineração em São José do Norte: Convencer para conquistar

A exposição e os argumentos da parte anterior, no caso dos discursos de apolo-

gia e de busca por investimentos no município através da atração de empresas e empreendimentos, não são recentes na cidade. Neste item abordaremos, de forma breve, o histórico das tentativas de implementação de empreendimentos do setor de mineração e suas estratégias atuais, algumas comuns a grande parte dos GPD's, para a “conquista” do território.

O município de São José do Norte é sondado por este setor desde a década de 1970 através de estudos que avaliam a viabilidade do empreendimento. Durante a década de 1990, a primeira tentativa de instalação foi recusada, dentre outros motivos, devido ao potencial poluidor dos produtos da atividade de mineração. Já em 2011, o atual Projeto Retiro comprou os direitos minerários, bem como as amostras e os dados de pesquisas anteriormente realizadas, como os da Rio Tinto (2007) e da Paranapanema (2010). Ainda em 2011, a Rio Grande Mineração - RGM, através de consultorias, retomou os estudos em São José do Norte e em 2014 o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) foi aceito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e as Audiências Públicas (AP's) foram realizadas (LOPES e PUCCINELLI, 2015).

A tabela abaixo mostra as estratégias comuns aos GPD's (descrita por Gerhardt, 2014) e, de forma prática, os exemplos efetuados pela RGM no município, extraídos do sítio eletrônico da empresa, bem como do RIMA do empreendimento.

Quadro 2: Estratégias comuns aos GPD's utilizadas no processo de licenciamento ambiental (ainda em andamento) da RGM.

ESTRATÉGIAS COMUNS	EXEMPLO REALIZADO PELA RGM
1- EXALTAÇÃO AO TERRITÓRIO;	O respeito à cultura gaúcha é um dos pilares que sustenta a estrutura social da Rio Grande Mineração. Neste domingo tivemos a oportunidade de participar de um evento único, onde autoridades e historiadores renomados no estado, discutiram a tão rica história de nossa “Muy Heroica Villa” (Sítio eletrônico RGM, 2014).
2- OPORTUNIDADES DE EMPREGO COMO ARGUMENTO IRREFUTÁVEL;	Elevação dos níveis de emprego e renda e consequente dinamização da economia em função dos novos investimentos previstos para a região, inclusive do Projeto Retiro, que gera demanda estável e de longa duração de mão-de-obra e serviços, contribuindo para o desenvolvimento a longo prazo do município (CPEA; HAR, 2014, p.61). [...] Geração de oportunidades estáveis de renda e empregos para a população local ao longo de mais de duas décadas, minimizando a oscilação de alguns setores da economia (CPEA; HAR, 2014, p. 65).

<p>3- PROJETOS DE “RESPONSABILIDADE SOCIAL” E “EDUCAÇÃO AMBIENTAL”</p>	<p>Em comemoração ao Dia da Natureza, comemorada no dia 04/10, a RGM estará presenteando os cidadãos nortenses com mudas de árvores e flores. Venha saber mais sobre o Projeto Retiro e colaborar para uma São José do Norte mais arborizada (Sítio eletrônico da RGM, 2014).</p>
<p>4- TOTAL PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</p>	<p>A RGM tem investido uma grande quantidade de tempo dos nossos profissionais em pesquisas de desenvolvimento técnico. Nossa meta é ampliar continuamente o conhecimento do solo da região, das características do minério e, principalmente, das técnicas de recuperação ambiental. [...] [Após a mineração] 95% da areia é retornada ao local de origem com total recuperação ambiental (Sítio eletrônico da RGM, 2014).</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base no RIMA da RGM e sítio eletrônico da empresa (<http://www.rgminer.com.br>) com último acesso em 14/09/2015.

Como estratégia de antecipação ao conflito, a RGM instalou uma base no centro da cidade, a qual chama de “Ponto de Informação”, e desenvolveu ciclos de palestras nas comunidades locais. O projeto contou com forte apoio da prefeitura e da mídia local, o que fica evidente nos seguintes trechos de reportagem:

[...] Mas não só pela indústria naval São José do Norte será beneficiada. **Com um projeto grandioso e totalmente voltado para a preservação do meio ambiente, o município se tornará um grande exportador, a partir da exploração de minério** (FOLHA GAÚCHA, 27 jul. - 02 ago. 2013, p. 08, grifo nosso).

E completa:

Com a implantação da primeira fase, é prevista a **geração de aproximadamente 325 empregos diretos** e mais de R\$ 70 milhões em impostos serão recolhidos anualmente à medida que se proceda a substituição de importações com vendas no mercado doméstico e à exportação de excedentes não absorvidos pelo mercado brasileiro (FOLHA GAÚCHA, 27 jul. - 02 ago. 2013, p. 08, grifo nosso).

Nestes fragmentos produzidos pela Folha Gaúcha, evidencia-se dois dos argumentos tácitos que estão constantemente presentes nos discursos dos GPD's: a) A total preservação ambiental ou até mesmo a melhoria dos ambientes, como se fosse possível; b) a geração de empregos, oferecida para desmobilizar e silenciar qualquer resistência advinda de quem teima em não aceitar o inaceitável (ACSELRAD e BEZERRA, 2010).

As audiências públicas, obrigatórias no processo do licenciamento ambiental, são propagandeadas como um evento realizado pelo “bom empreendedor” que está preocupado em tirar dúvidas da população. As audiências públicas realizadas

para tratar sobre as questões da RGM tiveram uma série de tensões explicitadas por estudantes, moradores locais e até mesmo por empreendedores de outros ramos como os dos monocultivos de eucalyptus e pinus. Fato que complexifica a questão, visto que há alianças e disputas de diferentes empreendimentos sobre o mesmo território, dificilmente visto em virtude da facilidade que o capital tem de se articular.

Como resposta a algumas indagações populares feitas na primeira etapa da audiência realizada no dia 03/12/2014, na Câmara de Comércio da cidade de Rio Grande, a empresa RGM postou em uma rede social: **“Ontem na audiência de Rio Grande, algumas pessoas que não conhecem a realidade do nosso município alegaram que São José do Norte não quer e não precisa de desenvolvimento”** (RGM, 2014, grifo nosso). Essa declaração nos revela as estratégias perversas que um empreendimento como este pode adotar quando o seu “inquestionável projeto” é posto em voga. Batizar o GPD com o nome de Rio Grande Mineração, falar em “nosso município” e dizer que quem se opõe é porque está contra o desenvolvimento, em nossa compreensão, não passa de estratégias comuns para “convencer a oferta a se tornar sacrifício” (como mostramos no caso do EBR).

2.3.A Responsabilidade Socioambiental dos Empreendimentos: em busca da “Licença Social par Operar

Todos estes tópicos abordados revelam uma visão utilitarista do meio ambiente

em que os recursos naturais são vistos como potencialidades a serem exploradas, visando unicamente o crescimento econômico para gerar o progresso. Porém, faz-se necessário perguntar: progresso? Para quê e para quem?

Ao mesmo tempo, verifica-se a necessidade de se vender os empreendimentos como “ambientalmente responsáveis”, como destacado por Santos et al. (2013) em estratégias de “Marketing Verde”. Tais ações acabam por ser coadunadas e replicadas a todo momento, seja pelos empreendedores, pelos gestores públicos ou pela mídia, visando a neutralização dos conflitos e evitando novos custos ao empreendimento (como, por exemplo, litígios judiciais), gerando o que Nader (1996) chama de “harmonia coerciva”. Acselrad (2014, p. 95-96) relata muito bem como:

[essas] Atividades de relações comunitárias, de “monitoramento de populações do entorno” e estudos ditos de “risco social” procuram se antecipar à possibilidade de que movimentos sociais organizem populações atingidas por grandes empreendimentos, identificando lideranças, estimando o estado da imagem das empresas junto aos grupos sociais com que têm alguma relação de proximidade físico-territorial – e, em consequência, potencialmente política, tendo em vista a localização de monocultivos, equipamentos e instalações. Aproveitando-se do vazio do Estado na garantia de direitos como saúde e educação, as grandes empresas procuram, crescentemente, legitimar os danos que causam oferecendo responsabilidade social procuram aumentar o “estoque de capital reputacional” das empresas, buscando obter o que elas entendem por “licença social para operar”.

Dessa forma, entendemos que esta é uma das estratégias usadas por essas grandes empresas (e que também coadunam com as duas últimas estratégias comuns de GPD’s descritas por Gerhardt (2014)). Elas ainda podem ser verificadas no seguinte trecho de reportagem sobre a mineração, quando diz que se trata de **“um projeto grandioso e totalmente voltado para a preservação do meio ambiente”** (FOLHA GAÚCHA, 27 jul. - 02 ago., 2013, p. 08, grifo nosso) ou no RIMA, quando fala que:

[a] proposta de implantação do empreendimento e das medidas de controle e proteção ambiental permite garantir o desenvolvimento adequado das atividades minerárias e industriais pretendidas de **modo compatível com a conservação e a proteção ambiental da região**. (CPEA; HAR, 2014, p. 66, grifo nosso).

Ora, em que pese toda a discussão sobre mineração, é impossível um projeto minerador ser “totalmente voltado para a

preservação do meio ambiente” ou ter um **“modo compatível com a conservação e a proteção ambiental da região”**, visto que sua atividade final é a extração mineral. Esse discurso, no nosso entendimento, visa construir a imagem de preocupação ambiental do empreendedor e evitar qualquer contestação que possa surgir em relação a sua atividade. Cria, com isso, o que podemos chamar de “relações “positivas” com a comunidade”, fazendo, dessa forma, a ‘acumulação de capital social’” (GIFFONI PINTO, 2013, p. 312).

Identificamos a mesma estratégia discursiva antes da implantação do EBR, que em seu RIMA garante **“a estabilidade ou até a melhoria da qualidade ambiental** das áreas de influência do Estaleiro São José do Norte” (POLAR, 2011, p. 57, grifo nosso). Fica clara a estratégia discursiva de exaltar todas as potencialidades na construção do Estaleiro e mostrar que até o meio ambiente pode ser beneficiado e melhorado. Diante dessa retórica ambiental, pergunta-se: qual o sentido atribuído à “qualidade ambiental” pelos empreendedores? Seria o mesmo sentido de “qualidade” atribuído pelos moradores locais, os verdadeiros impactados por estes projetos? Seria o atribuído pelas comunidades pesqueiras que tem na natureza a sustentação da vida, de suas atividades produtivas e também simbólicas? De antemão, respondemos: obviamente, não. Entendemos que essas práticas fazem parte da estratégia para se obter a “licença social” para operar ou, aproveitando a analogia antes feita, convencer a oferenda (a população, os atingidos e seu território) a se tornar sacrifício em prol do bem comum (neste caso, o desenvolvimento econômico).

Considerações Finais

Realizamos neste artigo uma reflexão no sentido de mostrar e questionar, a transformação de nossas cidades/municípios a partir de uma lógica mercadológica que coloca o capital à frente das pessoas e relações, e trata os municípios e cidades, bem como, todos seus atributos naturais e culturais como mercadorias. Iniciamos uma discussão sobre um projeto dito de “desenvolvimento” que vem ocorrendo no município de São José do Norte- RS, mas que poderia ser transposto para outros pequenos municípios brasileiros que sofrem com a mesma lógica neodesenvolvimentista imposta por uma relação entre capi-

tal e Estado, em benefício do primeiro, e em detrimento da maioria da população e do meio ambiente. No caso de nosso estudo, demonstramos que é explícita a utilização do meio ambiente como uma possibilidade de negócio, quando transformado em mercadoria e inserido na lógica de mercado.

Porém, é importante deixar uma imagem de “bom moço”, para obter as licenças ambientais e a “licença social para operar”. Nesse sentido, desenvolvem e adotam práticas comuns aos GPD's que, ao longo do tempo, vêm investindo cada vez mais em marketing verde, afinal, “es verde lo que se pinta de verde” (GALEANO, 2012, p. 11) - como se percebe no discurso comum de “preservação” e “até a melhora da qualidade ambiental”.

Outras estratégias ainda se reconhecem como a de exaltação de um passado glorioso que já não se verifica, para justificar a superação das atividades tradicionais em prol de um “desenvolvimento” exógeno, bem como, as alternativas infernais expostas pelo governo municipal: ou o

desenvolvimento e a geração de empregos com o que está posto, ou o fracasso, a crise econômica e o desemprego.

Mostramos, também, que para executar tais estratégias de dominação do território, os empreendedores constroem alianças, seja com os gestores locais, com a mídia hegemônica ou até mesmo com outros empreendedores. Nesse sentido, tanto o município como o meio ambiente e o território são apresentados como mercadoria aos investidores no “altar do Deus mercado”. Portanto, tudo pode e está sendo explorado, transformado e vendido enquanto mercadoria neste e por este sistema iníquo, no qual estamos vivendo.

Agradecimentos

A FAPERGS/CAPES pela Bolsa de Doutorado (2012-2016), a CAPES pelas bolsas de mestrado concedidas através do Programa de Demanda Social (2014-2016) e ao CNPQ pelo apoio através da chamada universal (2014-2017).

Referências

- ACSELRAD, Henri. Apresentação: de “bota foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (Org.). Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: RelumeDumará, p. 07-18, 2004.
- _____. Liberalização da economia e flexibilização das leis - o meio ambiente entre mercado e a justiça. Revista de Educação, Ciências e Matemática, Duque de Caxias, v.3. n. 3. set/dez.. p. 62 - 68, 2013a.
- _____. Desigualdade ambiental, economia e política. Astrolabio, Buenos Aires, n. 11, p. 105 - 123, 2013b.
- _____. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 84 -105, 2014.
- ACSELRAD, Henri; GIFFONI PINTO, Raquel. A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica. Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 51 - 64, 2009.
- ACSELRAD, Henri. BEZERRA, Gustavo das Neves. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner (Org.). Capitalismo globalizado e recursos naturais territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 179-210.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.
- COSTA, Rodrigo Gibbon; MACHADO, Carlos RS. O Saneamento Básico em São José do Norte (RS) e o Polo Naval: utopias, leis e discursos em conflito. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; MASCARELLO, Marcela de Avellar. (Orgs). Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, p. 175-192, 2015.
- CPEA - Consultoria, planejamento e estudos ambientais; HAR - Engenharia e Meio Ambiente Ltda. RIMA - Relatório de Impacto Ambiental Projeto Retiro. São José do Norte: Image/Nature - comunicação e sustentabilidade. 2014. 70p.
- FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FOLHA GAÚCHA. Companhia mineradora investirá na exploração de minério em São José do Norte. 27 jul. - 02 ago. 2013. p. 08.

FONTOURA, L.F.M. As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte. CADERNAU, v. 3, n. 1, p. 29-48, 2009.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 15ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GALEANO, Gabriel. Úselo y Tírelo. Buenos Aires: Brooket, 2012.184p.

GERHARDT, Cleyton. Grandes Projetos de Desenvolvimento e a produção estrutural da insustentável desigualdade ambiental: da macroéticas e suas justificações às "entidades-satélite".RURIS, v. 8, n. 2, p. 54 – 89, 2014.

GERHARDT, Cleyton; LOPO, Rafael; SANTOS, Caio Floriano. Polo Naval de Rio grande: ideologia neodesenvolvimentista, "alternativas infernais" e "autoritarismos tolerantes". In: ZHOURI, Andréa e VALÊNCIO, Norma (Orgs). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais e garantia dos direitos humanos e difusos. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014.

GIFFONI PINTO, Raquel. O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. Estud. Sociol., Araraquara, v. 18, n. 35, p. 307-324, 2013.

MALERBA, Julianna (org.). Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: Fase, 1ª ed., 2014.

MARINI, Rui Mauro. Subdesenvolvimento e revolução.5ª Ed. Editora Insular/Instituto de Estudos Latino-Americanos, 2013.

LOPES, Raizza. PUCCINELLI, Vinicius. A etnografia como contribuição para a educação ambiental com populações tradicionais: o caso da mineração em São José do Norte-RS. Anais do Encontro Paranaense de Educação Ambiental, 2015.

NADER, Laura. Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídico. RBCS.1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas: Pontes Editores. 2012. 100 p.

POLAR. Relatório de Impacto Ambiental- RIMA Estaleiro São José do Norte.São José do Norte.2011. 70 p.

RGM. Rio Grande Mineração. 2014. Disponível em: <http://www.rgminer.com.br/>. Último acesso: 21/12/2015.

ROIG, Danúbio Amorim; MACHADO, Carlos RS. A gestão dos conflitos socioambientais em São José do Norte (RS): contradições entre discursos e ação política no bem estar da população. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; MASCARELLO, Marcela de Avellar. (Orgs). Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, p. 157-173, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE. Apresentação. 2015. Disponível em: <http://www.saojosedonorte.rs.gov.br/>. Último acesso: 21/12/2015.

SANTOS, Caio Floriano; MACHADO, Carlos RS. Conflitos socioambientais no Extremo Sul do Brasil– debate a partir dos reflexos do polo naval de Rio Grande/RS.XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador, p. 1-21, 2013a..

SANTOS, Caio Floriano; MACHADO, Carlos RS. Extremo Sul do Brasil - uma grande "zona de sacrifício" ou "paraíso de poluição". In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (Orgs). Conflitos ambientais e urbanos: debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013b.p. 181-204.

SANTOS, Caio Floriano; ARAÚJO, Claudionor Ferreira; PASSOS, Wagner Valente; MACHADO, Carlos RS. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (Orgs). Conflitos ambientais e urbanos: debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013.p. 245 - 274.

SANTOS, Caio Floriano. Projetos de desenvolvimento em Rio Grande (RS): o papel da educação ambiental na resolução negociada de conflitos ambientais.Anais 38º Encontro Anual da ANPOCS,Caxambu/MG, p. 1- 27, 2014.. Acesso em: 25/11/2014. Disponível em:http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8878&Itemid=456

SANTOS, Caio Floriano; LEMOS, Cíntia Osório; OLIVEIRA, Juliana Pires; MACHADO, Carlos RS. Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil – debate sobre a zona de sacrifício e os conflitos ambientais e urbanos. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano; MASCARELLO, Marcela de Avellar. (Orgs). Conflitos am-

bientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, p. 13-24, 2015.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. - Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75 -103.

ZHOURI, Andréa. "A re-volta da ecologia política": conflitos ambientais no Brasil. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. VII, n. 2 (jul./dez), p. 211 - 213, 2004. Acesso em: 18/09/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24698.pdf>.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. PEREIRA, Doralice Barros. A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.